

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.016 - SP (2019/0000874-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ZENAIDE MORALE GUERRA
ADVOGADO : ANIS ANDRADE KHOURI - SP123408
AGRAVADO : STEFANIE FARES SABBAG
ADVOGADOS : STEFANO COCENZA STERNIERI - SP306967
THAÍSA MARQUES CAMIM - SP367028
FILIPE LUIS PERUCA - SP322775
AGRAVADO : ARIADNE FARES SABBAG
ADVOGADOS : ALEXANDRE MARTINS VIEIRA - SP340362
LARISSA BARBOSA DE SOUZA - SP354143
AGRAVADO : VIVENDAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS : SILVIA REGINA HAGE PACHÁ E OUTRO(S) - SP125164
DIB KFOURI NETO - SP225228

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. 1. ACIDENTE AUTOMOTOR. RESPONSABILIDADE DO ALIENANTE. MARCO. DATA DE TRADIÇÃO DO VEÍCULO AUTOMOTOR. PRECEDENTE. 2. TRANSFERÊNCIA DO AUTOMÓVEL. DATA ANTERIOR AO ACIDENTE. ALEGAÇÕES DE INCONSISTÊNCIAS NOS DOCUMENTOS APRESENTADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Zenaide Morale Guerra contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Infere-se dos autos que a Vigésima Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo não conheceu do recurso das co-herdeiras e deu provimento ao recurso da revendedora de veículos, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 377):

Responsabilidade civil. Acidente de veículo. Ação de indenização. Parcial procedência.

Julgam-se desertos os recursos de apelação interpostos sem comprovação do recolhimento do preparo, pressuposto de admissibilidade recursal.

Ilegitimidade passiva da corré indicada pela autora bem reconhecida. Alienação do veículo em data anterior ao acidente suficientemente demonstrada. Responsabilidade civil do proprietário que consta do registro pelos danos causados por veículo afastada, no caso concreto, em decorrência da demonstração da alienação noticiada. Venda que

se dá com a tradição do bem móvel.
Recurso das co-herdeiras não conhecido, posto que desertos.
Provido, o da corré revendedora de veículo.

Nas razões do apelo especial, a recorrente apontou divergência jurisprudencial e violação ao art. 134 do CTB.

Sustentou que a propriedade do veículo na data do acidente seria da revendedora, apontando inconsistências nos documentos apresentados pela parte contrária.

Aduziu que, não tendo o órgão de trânsito sido comunicado da transferência do automóvel dentro do prazo legal, a revendedora de veículos deveria ser responsabilizada solidariamente pelas penalidades impostas.

Asseriu que o entendimento de que a transferência da propriedade de bens imóveis se perfazeria com a simples tradição se limitaria aos casos de débitos relativos a multas e tributos.

O processamento do recurso especial não foi admitido pelo Tribunal *a quo*, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, é importante destacar que a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que a tradição do veículo automotor afasta a responsabilidade do alienante por fatos posteriores decorrentes da utilização do bem, ainda que não haja o registro da transferência no órgão de trânsito.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO ATROPELAMENTO. VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. PROPRIETÁRIO. EMPRÉSTIMO. JUROS DE MORA. SÚMULA 83/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

(...)

2. A tradição de veículo automotor, independentemente do registro da transferência para o novo proprietário no órgão de trânsito, afasta a responsabilidade do alienante pelos fatos posteriores decorrentes da utilização do bem (Súmula 132/STJ).

(...)

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 823.567/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 01/10/2015)

No presente caso, o Tribunal de origem entendeu que os documentos acostados aos autos demonstrariam que a revendedora de veículos teria realizado a tradição antes do acidente, razão pela qual não poderia ser responsabilizada pelo ocorrido.

Por oportuno, confira-se o seguinte excerto sobre o tema (e-STJ, fls. 379-380):

Inicialmente, este Relator negaria provimento ao apelo, inclinado a manter a sentença, reconhecendo a legitimidade daquela em nome de quem o veículo está registrado no Detran.

Todavia, as ponderações do eminente Terceiro Juiz, i. Magistrado Celso Pimentel, levaram-me a redirecionar aquele impulso para reconhecer, no caso concreto, a ilegitimidade da corrê.

Como cedo, contra aquele em cujo nome o veículo está registrado no Detran milita presunção *iuris tantum* da propriedade do bem, de modo que é dele o ônus de comprovar a alienação a terceira pessoa.

No presente caso, a apelante alega que vendeu o veículo ao condutor Rubens Gabriades Sabbag, em 10.8.2010, sendo que o acidente de trânsito sobre o qual versa a presente ação ocorreu apenas em 9.10.2013.

Embora o contrato particular de compra e venda do veículo seja datado de 10/8/2010, sem o reconhecimento de firmas e a autorização de transferência do bem, em favor do então condutor, bem como a autenticação da assinatura lá aposta tenha sido realizada somente em 25/11/2013, quarenta e cinco dias depois do atropelamento da autora, considera-se suficiente a corroborar a tese da embargante a prova de pagamentos, em débito na conta-corrente ou no cartão de crédito do adquirente e condutor, do licenciamento e do seguro obrigatório dos anos de 2012 e 2013 (fls. 145/151).

Como cedo a transferência da propriedade dos bens móveis se perfaz com a simples tradição, sendo desnecessário o registro.

Ademais, respeitado o entendimento assentado pelo magistrado prolator da r. sentença recorrida, a incongruência encontrada entre o valor indicado contrato e aquele constante no documento de transferência é insuficiente para infirmar a prova documental acostada aos autos, de forma que reputa-se inviável o reconhecimento da responsabilidade da ré para responder pelos danos reconhecidos em primeiro grau, na qualidade de proprietária do veículo envolvido no sinistro.

Como bem ponderou o e. Terceiro Juiz, “a falta de comunicação da venda ao órgão de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro, art. 134) não torna a ré responsável pelas consequências do acidente (Superior Tribunal de Justiça, súmula 132)”.

Para derruir a convicção formada, entendendo que os documentos apresentados seriam inconsistentes e, portanto, não comprovariam a alienação em data

anterior ao acidente, seria necessário o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

